



# Prefeitura Municipal do Assú

Concurso Público 2014

## Contador

### Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém 35 questões de múltipla escolha, dispostas da seguinte maneira: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 35** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Para preencher a Folha de Respostas, fazer rascunhos, etc., use exclusivamente caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, três horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_



As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido abaixo.

### ANALFABETISMO FUNCIONAL

*Alarmante! A dificuldade para interpretar textos e contextos, articular ideias e escrever está presente em seletos ambientes do mundo corporativo e da academia.*

*por Thomaz Wood Jr.*

A condição de analfabeto funcional aplica-se a indivíduos que, mesmo capazes de identificar letras e números, não conseguem interpretar textos e realizar operações matemáticas mais elaboradas. Tal condição limita severamente o desenvolvimento pessoal e profissional. O quadro brasileiro é preocupante, embora alguns indicadores mostrem uma evolução positiva nos últimos anos.

Uma variação do analfabetismo funcional parece estar presente no topo da pirâmide corporativa e na academia. Em uma longa série de entrevistas realizadas por este escriba, nos últimos cinco anos, com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta a muitos profissionais da média gerência a capacidade de interpretar de forma sistemática situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las de forma estruturada. Não se trata apenas de usar corretamente o vernáculo, mas de saber tratar informações e dados de maneira lógica e expressar ideias e proposições de forma inteligível, com começo, meio e fim.

Na academia, o cenário não é menos preocupante. Colegas professores, com atuação em administração de empresas, frequentemente reclamam de pupilos incapazes de criar parágrafos coerentes e expressar suas ideias com clareza. A dificuldade afeta alunos de MBAs, mestrados e mesmo doutorandos. Editores de periódicos científicos da mesma área frequentemente deploram a enorme quantidade de manuscritos vazios, herméticos e incoerentes recebidos para publicação. E frequentemente seus autores são pós-doutores!

O problema não é exclusivamente tropical. Michael Skapinker registrou recentemente em sua coluna no jornal inglês Financial Times a história de um professor de uma renomada universidade norte-americana. O tal mestre acreditava que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. Passava-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, o qual corrigia, avaliando a capacidade analítica dos autores. Pois a atividade causou tal revolta que o diretor da instituição solicitou ao professor torná-la facultativa. Os alunos parecem acreditar que, em um mundo no qual a comunicação se dá por mensagens eletrônicas e tuítes, escrever com clareza não é mais importante.

O mesmo Skapinker lembra uma emblemática matéria de capa da revista norte-americana *Newsweek*, intitulada "Why Johnny can't write". Merrill Sheils, autora do texto, revelou à época um quadro preocupante do declínio da linguagem escrita nos Estados Unidos. Para Sheils, o sistema educacional, da escola fundamental à faculdade, desovava na sociedade uma geração de semianalfabetos. Com o tempo, explicou a autora, as habilidades de leitura pioraram, as habilidades verbais se deterioraram e os norte-americanos tornaram-se capazes de usar apenas as mais simples estruturas e o mais rudimentar vocabulário ao escrever, próprios da tevê.

Entre as diversas faixas etárias, os adolescentes eram os que mais sofriam para produzir um texto minimamente coerente e organizado. E o mundo corporativo também acusou o golpe, pois parte de sua comunicação formal exige precisão e clareza, características cada vez mais difíceis de encontrar. Educadores mencionados no artigo observaram: um estudante que não consegue ler e compreender textos jamais será capaz de escrever bem. Importante: a matéria da *Newsweek* é de 1975!

Quase 40 anos depois, os iletrados trópicos parecem sofrer do mesmo flagelo. Por aqui, vivemos uma situação curiosa: de um lado, cresce a demanda por análises e raciocínios sofisticados e complexos. E, de outro, faltam competências básicas relacionadas ao pensamento analítico e à articulação de ideias. O resultado é ora constrangedor, ora cômico. Nas empresas, muitos profissionais parecem tentar tapar o sol com uma peneira de powerpoints, abarrotados de informação e vazios de sentido.

Na academia, multiplicam-se textos caudalosos, impenetráveis e ociosos. Se aprender a escrever é aprender a pensar, e escrever for mesmo uma atividade em declínio, então talvez estejamos rumando céleres à condição de invertebrados intelectuais.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br>>. Acesso em 25 ago. 2014.

#### **GLOSSÁRIO**

**MBAs:** Master in Business Administration (Mestrado em Administração de Negócios). É um grau acadêmico de pós-graduação destinado a administradores e executores na área de gestão de empresas.

**Why Johnny can't write:** Por que Johnny não pode escrever.

01. Na discussão articulada no texto, depreende-se, como foco principal,
- A) estabelecer correlação entre o Brasil e outros países, no que se refere ao analfabetismo funcional.
  - B) comparar o analfabetismo funcional no âmbito da academia com o analfabetismo funcional no âmbito das empresas.
  - C) criticar o analfabetismo funcional, independentemente da esfera social em que se desenvolva.
  - D) responsabilizar a escola pelo analfabetismo funcional tanto no âmbito da academia quanto no âmbito das empresas.
02. O problema abordado, no texto, centra-se, prioritariamente,
- A) no Brasil.
  - B) nos países que se situam nos trópicos.
  - C) nos países cuja língua oficial é inglês.
  - D) nos Estados Unidos.
03. Depreende-se do texto que o analfabetismo funcional
- A) pode ser imbatível.
  - B) precisa ser revertido.
  - C) precisa ser investigado.
  - D) pode ser aceitável.
04. No início do parágrafo 4, o período “O problema não é exclusivamente tropical” constitui-se como uma síntese dos parágrafos
- A) 2, 3 e 4.
  - B) 4, 5 e 6.
  - C) 3, 4 e 5.
  - D) 1, 2 e 3.

05. Considere o período final do texto:

Se aprender a escrever é aprender a pensar, e escrever for mesmo uma atividade em declínio, então talvez estejamos rumando céleres à condição de invertebrados intelectuais.

No que se refere a esse trecho, é correto afirmar que se trata de

- A) juízo avaliativo em relação à problemática focalizada no texto.
- B) opinião em divergência com os dados expostos anteriormente.
- C) sentença que se abre para tema ainda não abordado no texto.
- D) afirmativa que se centra parcialmente na problemática tratada.

06. Considere o trecho reproduzido a seguir:

Quase 40 anos depois, os **iletrados trópicos** parecem sofrer do mesmo **flagelo**. Por aqui, vivemos uma situação curiosa: de um lado, cresce a demanda por análises e raciocínios sofisticados e complexos. E, de outro, faltam competências básicas relacionadas ao pensamento analítico e à articulação de ideias. O resultado é ora constrangedor, ora cômico. [...].

Na academia, multiplicam-se textos **caudalosos**, **impenetráveis** e **ocos**. Se aprender a escrever é aprender a pensar, e escrever for mesmo uma atividade em declínio, então talvez estejamos rumando céleres à condição de **invertebrados intelectuais**.

As afirmações a seguir se referem às expressões e às palavras destacadas no trecho.

I	Imprimem tom avaliativo ao que é dito.
II	Apresentam-se em registro de linguagem conotativo.
III	São inadequadas ao gênero do texto em foco.
IV	Exercem a mesma função sintática.

Das afirmações, estão corretas

- A) I e II.                      B) II e III.                      C) III e IV.                      D) I e IV.

07. Considere o trecho:

**O tal mestre** acreditava que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. Passava-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, o qual corrigia, avaliando a capacidade analítica dos autores.

Se a expressão destacada for flexionada no plural, a opção que apresenta o período reescrito de acordo com as convenções da norma padrão é:

- A) Os tais mestres **acreditavam** que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. **Passava**-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, o qual **corrigiam**, avaliando a capacidade analítica dos autores.
- B) Os tais mestres **acreditavam** que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. **Passavam**-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, **os quais corrigiam**, avaliando a capacidade analítica dos autores.
- C) Os tais mestres **acreditavam** que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. **Passavam**-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, o qual **corrigiam**, avaliando a capacidade analítica dos autores.
- D) Os tais mestres **acreditavam** que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. **Passavam**-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, **os quais** corrigia, avaliando a capacidade analítica dos autores.

**08. Considere o trecho:**

Em uma longa série de entrevistas realizadas por este escriba, nos últimos cinco anos, com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta a muitos profissionais da média gerência a capacidade de interpretar de forma sistemática situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las de forma estruturada.

A opção em que as alterações na pontuação do trecho estão também de acordo com as convenções da norma padrão é:

- A)** Em uma longa série de entrevistas, realizadas por este escriba nos últimos cinco anos, com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta a muitos profissionais da média gerência, a capacidade de interpretar, de forma sistemática, situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las de forma estruturada.
- B)** Em uma longa série de entrevistas realizadas por este escriba, nos últimos cinco anos, com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta, a muitos profissionais da média gerência, a capacidade de interpretar, de forma sistemática, situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las de forma estruturada.
- C)** Em uma longa série de entrevistas, realizadas por este escriba, nos últimos cinco anos, com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta, a muitos profissionais da média gerência, a capacidade de interpretar de forma sistemática, situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las, de forma estruturada.
- D)** Em uma longa série de entrevistas realizadas por este escriba nos últimos cinco anos com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta a muitos profissionais da média gerência a capacidade de interpretar de forma sistemática situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las de forma estruturada.

**09. Considere o trecho:**

A condição de analfabeto funcional aplica-se a indivíduos **que (1º)**, **mesmo (2º)** capazes de identificar letras e números, não conseguem interpretar textos e realizar operações matemáticas mais elaboradas. **Tal condição (3º)** limita severamente o desenvolvimento pessoal e profissional. O quadro brasileiro é preocupante, **embora (4º)** alguns indicadores mostrem uma evolução positiva nos últimos anos.

As afirmativas a seguir referem-se aos elementos linguísticos destacados no trecho.

I	O primeiro e o segundo elementos inter-relacionam partes de um período.
II	O segundo e o quarto elementos estabelecem a mesma relação de sentido.
III	O primeiro e o terceiro elementos não retomam informações anteriores.
IV	O terceiro e o quarto elementos inter-relacionam períodos.

Das afirmações, estão corretas

- A)** II e III.
- B)** I e IV.
- C)** I e II.
- D)** III e IV.

10. Considere o trecho:

Por aqui, vivemos uma situação curiosa: de um lado, **cresce (1º)** a demanda por análises e raciocínios sofisticados e complexos. E, de outro, **faltam (2º)** competências básicas relacionadas ao pensamento analítico e à articulação de ideias.

As afirmativas a seguir referem-se aos verbos destacados no trecho.

I	Ambos apresentam sujeito explicitado no período.
II	Ambos apresentam objeto explicitado no período.
III	Em conformidade com a norma padrão, o primeiro verbo, no contexto em que ocorre, pode ser flexionado na terceira pessoa do plural.
IV	Em conformidade com a norma padrão, o segundo verbo, no contexto em que ocorre, deve permanecer flexionado na terceira pessoa do plural.

Das afirmações, estão corretas

- A) I e IV.
- B) III e IV.
- C) I e II.
- D) II e III.

11. O orçamento público passou por grandes evoluções: inicialmente, era focado nos insumos, em seguida, surgiram os orçamentos focados nos resultados. O Orçamento Base Zero se caracteriza por:

- A) inferir, no final do exercício ou do período sugerido estrategicamente, se os produtos, gerados pelas ações governamentais, atenderam as metas, objetivos e diretrizes estabelecidas previamente, sob a égide da eficiência, eficácia e efetividade dos resultados.
- B) ter uma participação direta e efetiva das comunidades na elaboração da proposta orçamentária de Governo. Inspira-se nos princípios democráticos e no postulado da cidadania participativa. A sociedade civil é ouvida quando da definição das metas e dos programas prioritários.
- C) fazer um reexame crítico dos dispêndios de cada área governamental. Exige que o administrador, a cada exercício, justifique detalhadamente os recursos solicitados; tem como características: análise, revisão e avaliação de todas as despesas propostas e não apenas das solicitações que ultrapassam o nível de gasto já existente.
- D) dar ênfase nos resultados, procurando saber daquilo que o governo faz e não do que ele compra, porém não há nenhuma vinculação do orçamento ao planejamento governamental. Inspira-se no princípio democrático, redefinindo prioridades, com o objetivo na efetividade dos resultados.

12. Vários são os princípios orçamentários que estabelecem regras para racionalidade, eficiência e transparência para a elaboração e execução do orçamento público. Abaixo apresentamos algumas definições desses princípios:

- prevê com a finalidade de evitar múltiplos orçamentos paralelos, associados a uma mesma pessoa política.
- prevê a obrigatoriedade do registro das receitas e despesas na LOA, sem nenhuma dedução.
- prevê que cabe ao poder público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar; subordina o orçamento aos ditames da lei.
- prevê que o poder público deve divulgar o orçamento público, de forma ampla, à sociedade, publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal.

Analisando as definições acima, verifica-se que elas correspondem, respectivamente, aos princípios orçamentários:

- A) universalidade – exclusividade – orçamento bruto – transparência.
- B) transparência – totalidade – exclusividade – publicidade.
- C) exclusividade – universalidade – legalidade – publicidade.
- D) unidade – orçamento bruto – legalidade – transparência.

13. Os ingressos de valores financeiros, nos cofres do Estado, podem ser provenientes de receitas orçamentárias e ingressos extraordinários. As receitas orçamentárias constituem elementos novos para o patrimônio público, já as receitas extraorçamentárias são recursos financeiros de caráter temporário e não integram a LOA, mas também são objeto de registro, individualização e controle contábil. São exemplos de receitas extraorçamentárias:

- A) emissão de moedas e operações de créditos por antecipação de receita.
- B) caução e receita agropecuária.
- C) transferência corrente e operações de crédito.
- D) fianças e amortização de empréstimos concedidos a longo prazo.



18. Os dispêndios são tipificados em orçamentários e extraorçamentários. As despesas orçamentárias são transações que dependem da autorização do Legislativo, na forma de consignação de dotação orçamentária, para serem efetivadas. Já as extraorçamentárias são aquelas que não constam na lei orçamentária anual. São classificadas como despesas extraorçamentárias:
- A) auxílio financeiro a pesquisador, subvenções sociais, auxílio alimentação.
  - B) material, bem ou serviço para distribuição gratuita, serviços de consultoria, locação de mão-de-obra.
  - C) auxílio natalidade, Operações de créditos por antecipação de receita orçamentária, salário família.
  - D) aposentadoria do RPPS, passagens e despesas com locomoção, contribuições.
19. Para fins contábeis, as despesas orçamentárias podem ser classificadas, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial em: despesa orçamentária efetiva e despesa orçamentária não-efetiva. Das despesas abaixo, as classificadas como efetivas são:
- A) despesas com adiantamento.
  - B) despesas com materiais para estoque.
  - C) despesas de transferência de capital.
  - D) despesas de obras e instalações.
20. A Prefeitura de Mauá precisa fazer um ajuste no orçamento de determinado programa, utilizando-se de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, conforme disposto no §1º do art. 43, da Lei 4.320/1964. O programa de reforma da escola municipal Joaquim Teixeira tinha orçado as seguintes despesas correntes e de capital: serviço de consultoria, outros serviços de terceiros - pessoa jurídica, material de consumo. Neste caso, a escola irá precisar orçar despesas com passagens e despesas com locomoção, que deverão ser classificadas como crédito adicional do tipo:
- A) crédito especial.
  - B) crédito suplementar.
  - C) crédito extraordinário.
  - D) crédito vinculado.
21. As etapas da despesa orçamentária compreendem etapas de planejamento e execução. Cada etapa é subdividida em estágios. Na execução, as despesas passam pelos estágios de empenho, liquidação e pagamento. Caso uma prefeitura tenha um compromisso decorrente de aluguel, seu empenho deverá ser na forma de
- A) empenho ordinário.
  - B) empenho global.
  - C) empenho estimativo.
  - D) empenho vinculado.
22. O Ativo Imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos, inclusive, os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. Segundo as NBCASP, esses bens compreendem bens móveis e imóveis. Os bens imóveis são classificados em bens de uso especial, bens dominiais, bens de uso comum do povo e bens imóveis em andamento e demais bens imóveis. Os bens de uso especial apresentam as seguintes características:
- A) são inalienáveis quando empregados no serviço público e enquanto conservarem essa condição.
  - B) não devem ser contabilizados no ativo.
  - C) quando naturais não são contabilizados como ativo, não são inventariados ou avaliados, nem alienados.
  - D) dão e podem produzir renda.

23. A avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público obedecem alguns critérios, sobre os quais se afirma:

I	as disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de cambio vigente na data do Balanço Patrimonial. Já as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. Tais atualizações são contabilizadas em contas de resultado.
II	os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega ao cliente devem ser absorvidos pelos estoques e, no caso de bens distribuídos gratuitamente, os estoques serão valorados a custo ou valor de reposição dos dois, o menor.
III	as participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração pública tenha influência significativa devem ser mensuradas e avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Utilizando-se esse método, o investimento, inicialmente é registrado a preço de custo, sendo o valor contábil aumentado ou reduzido, conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contra partida de resultado.
IV	os direitos que tenham por objetos bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição ou produção, deduzidos pelo saldo da conta de amortização e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que haja sofrido ao longo da vida. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, gerado internamente, deve ser reconhecido como ativo.

Classificam-se como sendo verdadeiras e falsas, respectivamente:

A) V - F - V - F.

C) F - V - F - V.

B) V - V - F - F.

D) F - F - V - V.

24. A LRF no seu Art. 2º, IV dispõe sobre o conceito de Receita Corrente Líquida. De acordo com os dados abaixo, calcule a Receita Corrente Líquida da Prefeitura de Mauá.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Operações de créditos	100.000,00
Impostos	580.000,00
Exploração de bens públicos	50.000,00
Dedução da receita para formação do FUNDEB	150.000,00
Integralização de capital	200.000,00
Transferências Intergovernamentais correntes	1.000.000,00
Transferências Intergovernamentais de capital	890.000,00
Multas e Juros	24.000,00
Contribuição Plano Seg. do Servidor (servidor e patronal)	278.000,00
Indenizações e Restituições	15.000,00
Alienação de bens	89.000,00
Resultado BCB	320.000,00
Compensações financeiras entre regimes previdenciários	45.000,00
Serviços	410.000,00
Compensações financeiras	67.000,00

A) R\$ 1.898.000,00.

C) R\$ 2.698.000,00.

B) R\$ 3.272.000,00.

D) R\$ 1.673.000,00.





**A Prefeitura de Venceslau apresentou os dados abaixo descritos. A partir desses dados responda as questões de números 32 e 33:**

Ganhos com alienação	25.000	Vendas de mercadorias	120.000
Desincorporação de Passivo	480.000	Redução a valor recuperável	10.000
Subvenções econômicas	75.000	Reavaliação de ativos	80.000
Impostos e taxas (VPD)	250.000	Resultado positivo de participação	145.000
Custo de materiais e serviços	425.000	Desincorporação de ativo	150.000
Incorporação de passivo	1.000.000	Transferências a instituições privadas	118.000
Incentivos	38.000	Transferências intragovernamentais recebidas	600.000
Juros e encargos de empréstimos concedidos	50.000	Pessoal de encargos	595.000
Uso de material de consumo	185.000	Variações monetárias e cambiais	15.000
Transferências de consórcios públicos	250.000	Incorporação de ativos	820.000
Juros e encargos de financiamentos obtidos	110.000	Impostos e taxas recebidos	980.000

**32.** O resultado patrimonial verificado foi

- A)** superávit de 609.000.
- B)** superávit de 459.000.
- C)** déficit de 594.000.
- D)** déficit de 785.000.

**33.** São exemplos de contas de variações qualitativas:

- A)** desincorporação de passivo.
- B)** transferências de consórcios públicos.
- C)** impostos e taxas (VPD).
- D)** transferências intragovernamentais recebidas.

**34.** O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública. A partir da sua apresentação, podem-se extrair os dados ou análise:

- A)** quociente do resultado das variações patrimoniais.
- B)** resultado da execução orçamentária.
- C)** superávit ou déficit financeiro.
- D)** quociente do resultado dos saldos financeiros.

**35.** A Administração Pública tem a prerrogativa de transferir recursos, através da execução da despesa orçamentária, que são destacadas na CF, na Lei 4.320/1964 e na LRF. São despesas orçamentárias destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas, sem fins lucrativos, previstas no §6º do art. 12 Lei nº 4.320/1964, devendo ser observado o disposto nos arts 25 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000:

- A)** auxílios.
- B)** subvenções.
- C)** delegação de despesas orçamentárias.
- D)** transferências constitucionais e legais.